



ACAMPAMENTO
Internacional sobre
DIREITOS HUMANOS,
Cidadania e Acesso
à Informação 2018

Datas: 10 à 14 de Julho de 2018

Local: Mulotane Lodge, Matola

TERMOS DE REFERÊNCIA

A. CONTEXTUALIZAÇÃO

Em África, o crescimento da população jovem colocará os mesmos na vanguarda do desenvolvimento do continente. Segundo a Organização das Nações Unidas, pessoas com menos de 35 anos de idade constituem três quartos da população africana, número que deverá aumentar ao longo da próxima década. Contudo, apesar deste número, os jovens são frequentemente excluídos do processo de desenvolvimento de políticas e de tomada de decisão, sub-representados em cargos públicos e permanecem na periferia dos espaços políticos. A influência dos jovens na política nacional continua baixa¹. De facto, há um sentimento generalizado de que a política e a democracia representativa tradicionais não conseguem atrair a atenção de grupos mais jovens, que se sentem alienados dos processos políticos. Pode-se afirmar que os jovens são uma parte importante da história e do desenvolvimento dos estados africanos.

Moçambique tem estado a registar um nível gradual de despolitização da sociedade, com um crescente número de jovens a mostrar falta de interesse em questões políticas. O nível de abstenção em eleições autárquicas e gerais, em Moçambique, também é elevado². As percepções de exclusão tem conduzido os jovens a outros caminhos alternativos para expressarem a sua insatisfação e frustração, com destaque para as redes sociais (WhatsApp e Facebook).

É importante ressaltar que a participação é um direito fundamental e um dos princípios orientadores da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que foi reiterado em muitas outras convenções e declarações. Através da participação activa, os jovens são emponderados a desempenhar um papel vital no seu próprio desenvolvimento, bem como das suas comunidades, ajudando-os a aprender habilidades para a vida, desenvolver o conhecimento sobre os direitos humanos e cidadania e promover a acção cívica positiva. Para participarem de maneira eficaz, os jovens devem ser fornecidos ferramentas adequadas, tais como o acesso à informação, educação sobre os seus direitos e respectivo acesso. De acordo com a Carta Africana da Juventude, “o maior recurso de África é a sua população jovem e através da sua participação plena e activa, os africanos podem superar as dificuldades que enfrentam” (Comissão da União Africana 2006: 1).

¹ [Http://aceproject.org/ero-en/misc/undp-ec-youth-participation-in-electoral-processes](http://aceproject.org/ero-en/misc/undp-ec-youth-participation-in-electoral-processes)

² Nas últimas eleições gerais, os níveis de abstenção foram de cerca de 51,36 %.

ORGANIZAÇÃO



PARCEIROS





Dentro dos próximos dois anos, serão realizadas eleições em 31 países africanos, desde eleições autárquicas na Gâmbia e Moçambique até eleições presidenciais na Argélia e África do Sul. Este afluxo de eleições no continente apresenta uma vasta gama de oportunidades para a juventude a participar no processo eleitoral. Os jovens precisam de aproveitar a vantagem numérica que detêm para transformar o processo de democratização e incentivar uma política mais inclusiva. O aumento da representação da juventude nas esferas políticas constitui apenas uma parte da solução. Os jovens precisam igualmente de ser dotados de habilidades, conhecimento e oportunidades necessárias para contribuírem de forma activa (nos espaços de influência), trazendo, assim, mudanças quer de forma independente quer em parceria com as diversas partes interessadas no processo eleitoral.

Participação da Juventude em Moçambique

A experiência de Moçambique não é significativamente diferente dos outros cenários políticos de África. O Centre for Research on Governance and Development (CRGD) analisou o nível de participação política da juventude em Moçambique e concluiu o seguinte:

Em todas as formas de avaliação de participação política usadas no presente estudo, verificou-se, conforme esperado, que os jovens moçambicanos têm menos probabilidade de participar na actividade política do que os adultos mais velhos, ao longo do tempo. Mais especificamente, comparativamente aos adultos mais velhos, parece ser menos provável que os jovens: estejam interessados em assuntos públicos; debatam sobre política com amigos, colegas de trabalho, cônjuge ou vizinhos; entrem em contacto com líderes políticos; votem; se identifiquem com um partido político; se tornem membros de uma associação voluntária ou grupo comunitário; e façam parte de uma agremiação. Embora seja menos provável que os jovens façam parte de uma agremiação, parece ser mais provável que estes mostrem-se estar dispostos a fazer parte da mesma caso tenham oportunidade. É mais provável que, diferentemente dos adultos mais velhos³, os jovens digam que podem participar numa reunião comunitária, manifestação ou marcha de protesto, e se juntar aos outros para levantar uma questão.

A Afrobarometer teve um conclusão mais preocupante sobre um assunto similar. Esta defende que “diferentemente das gerações de moçambicanos mais antigas, é menos provável que as pessoas que nasceram livres sejam democratas comprometidos, compreendam a democracia e votem nas eleições⁴”

Conforme mencionado acima, é evidente que a situação de Moçambique requer uma atenção especial na juventude, visto que o país terá eleições municipais em 2018 e presidenciais em 2019. É neste contexto que a Oxfam em Moçambique vai realizar, durante quatro dias, um Bootcamp sobre Direitos Humanos, Cidadania e Acesso à Informação em Maputo de 10 a 14 de Julho de 2018. O objectivo geral do evento é criar um espaço de debate, aprendizagem e partilha de experiências entre activistas, estudantes universitários, funcionários públicos, pesquisadores e jornalistas sobre como reforçar a participação da

³ https://docs.wixstatic.com/ugd/96f884_1ee2c1d688844529b3c634cb39f8f947.pdf

⁴ <https://www.cpgd.org.mz/news-nampula-byelection-turnout>



ACAMPAMENTO
Internacional sobre
DIREITOS HUMANOS,
Cidadania e Acesso
à Informação 2018

juventude e das mulheres nos processos eleitorais em Moçambique e África bem como o papel do quadro jurídico e político progressista na promoção da respectiva participação.

Sobre o Programa AGIR

Este Acampamento é parte das actividades previstas do programa de Acesso à Informação e Engajamento dos Cidadãos (AICE) orientado para a promoção do acesso à informação como pré-requisito para a transparência e premissa para que os detentores de direitos possam, efectivamente, exigir o respeito dos seus direitos e respectiva prestação de contas. O programa AICE é parte de AGIR (Acções para uma Governação Inclusiva e Responsável), um programa de apoio às Organizações da Sociedade Civil em Moçambique, que se encontra actualmente na sua segunda fase, cuja duração está prevista para seis anos, de 2015-2020. A Embaixada da Suécia é o principal doador do programa e o único da componente AICE. O programa AICE pretende, como impacto global, garantir que “a Sociedade Civil, órgãos de comunicação e detentores de direitos moçambicanos tenham acesso à informação, mais espaço, voz e capacidade de intervir no debate público sobre políticas e alocação de recursos relativos à indústria extractiva e serviços sociais públicos”.

Para a realização deste objectivo democrático, o programa conta com quatro objectivos de longo prazo que são:

Objectivos DE LONGO TERMO DO AICE:

Objectivo I: O sector extractivo em Moçambique é transparente, responsável e presta contas (fiscal, económica, ambiental e socialmente) e contribui significativamente para o desenvolvimento sócio-económico do país;

Objectivo II: Homens e mulheres parlamentares a três níveis [nacional (Assembleia da República, AR); provincial (Assembleias Provinciais, APs); e municipal (Assembleias Municipais, AMs)] levando a cabo o seu papel de fiscalizadores do executivo;

Objectivo III: Titulares de direitos (homens e mulheres) e sociedade civil capazes de fazer sugestões baseadas em evidências para o melhoramento da qualidade e cobertura dos serviços públicos [de saúde e educação, em particular] em províncias seleccionadas e governos locais;

Objectivo IV: Liberdade de expressão e de imprensa, pluralismo e direito à informação garantidos e respeitados por lei.

Os objectivos de AICE acima estão alinhados com a actual Estratégia Nacional da Oxfam (OCS) em Moçambique 2018 -2023. A OCS concentra-se nos seguintes quatro objectivos específicos.

1. Avançar para uma política responsável para a melhoria dos serviços públicos e aumento da segurança alimentar
2. Transformar as normas sociais para as mulheres jovens poderem prosperar

ORGANIZAÇÃO



PARCEIROS





ACAMPAMENTO
Internacional sobre
DIREITOS HUMANOS,
Cidadania e Acesso
à Informação 2018

3. Evitar a maldição dos recursos naturais! Tornar a indústria extractiva transparente e responsável para todos
4. Melhorar a prevenção e resposta a crises humanitárias

B. TEMAS, OBJECTIVOS E RESULTADOS ESPERADOS DO BOOTCAMP SOBRE DIREITOS HUMANOS DE 2018

Este ano é, de facto, a 4ª edição do acampamento. A primeira foi realizada em 2012 sob o tema “Bootcamp sobre Direitos Humanos Lusófonos” e esteve virada para o debate sobre os Direitos Humanos nos seguintes temas: (i) *Igualdade de Género e Desenvolvimento*; (ii) *O Tribunal Penal Internacional, o que impede Moçambique de ratificar os protocolos 10 anos depois da criação?* (iii) *Situação dos Direitos Humanos em Moçambique*; (v) *O Papel de Jornalistas e Activistas dos Direitos Humanos na promoção de Eleições Livres, Justas e Transparentes* e (vi) *O Acesso à Informação como Direito Fundamental*. A segunda edição, em 2014, foi realizada durante o período eleitoral em Moçambique. Constituiu uma oportunidade de partilha de experiências e debates sobre democracia com o objectivo de consolidar e aprofundar a compreensão de assuntos de domínio público na altura. A terceira teve lugar em 2016, após a promulgação da Lei do Direito à Informação (LDI) 34/2014 de 31 de Dezembro e o seu regulamento (aprovado pelo Decreto 35/2015 de 31 de Dezembro).

2018 é o ano de eleições autárquicas em Moçambique e o tema principal desta quarta edição do Bootcamp Internacional sobre Direitos Humanos, Cidadania e Acesso à Informação é a “Importância da Participação dos Jovens nos Processos Eleitorais em Moçambique”.

Objectivo geral

O objectivo geral do evento é criar um espaço de debate, aprendizagem e partilha de experiências entre activistas, estudantes universitários, funcionários públicos, pesquisadores e jornalistas sobre como reforçar a participação dos jovens e das mulheres nos processos eleitorais em Moçambique e África bem como o papel do quadro jurídico e político progressista na promoção da respectiva participação.

Os objectivos específicos do bootcamp são os seguintes:

- Debater sobre o papel das mulheres e dos jovens nos processos eleitorais em África e fornecer um espaço de colaboração reservado à reflexão sobre os desafios, perspectivas e progressos alcançados no reforço da participação das mulheres e dos jovens nos processos eleitorais;
- Desenvolver habilidades práticas para os jovens com interesse em participar nos processos eleitorais;
- Examinar os factores e até que ponto as normas sociais relacionadas com relações de poder de género exercem influência;

ORGANIZAÇÃO



PARCEIROS





- Reflectir sobre a forma como a LDI pode ser usada para uma maior transparência no sector extractivo da economia moçambicana e como pode contribuir para o desenvolvimento da juventude;
- Debater com os participantes sobre as iniciativas que podem ser tomadas para garantir que os jovens sejam incluídos em todas as fases do ciclo eleitoral, e não apenas no dia das eleições;
- Fortalecer o conhecimento dos jovens sobre questões nacionais e africanas importantes em torno do desenvolvimento económico, político e social que estão em jogo nas eleições africanas; e

O discurso de abertura terá como tema “Como reforçar a participação dos jovens nos processos eleitorais: desafios e oportunidades”, proferido por⁵

As áreas globais de debate irão incluir o seguinte:

- A situação dos Direitos Humanos em Moçambique e África: lições dos últimos 10 anos;
- O papel da juventude e das mulheres nos processos eleitorais em África: desafios para uma participação maior e significativa;
- O papel do quadro jurídico e político progressista na promoção de uma participação significativa de mulheres jovens nos processos eleitorais e ponto de ligação com as normas sociais vigentes, conforme estejam relacionados à igualdade de género e direitos das mulheres;
- Ganhos, oportunidades e retrocessos no acesso à informação sobre a indústria extractiva em Moçambique;
- Tributação da indústria extrativa na África: como a cobrança de impostos pode contribuir para o Desenvolvimento da Juventude e das Mulheres? Actuais desafios e oportunidades.

Evento paralelo:

Durante o acampamento, terá igualmente lugar uma sessão aberta em forma de palestra. Esta sessão é dirigida aos estudantes da Escola Secundária da Liberdade, escola mais próxima do local do evento.

Esta sessão será orientada pela questão “Quais são os factores que dificultam a participação da juventude nos processos eleitorais em Moçambique?” A sessão irá também efectuar uma exposição sobre a participação da juventude nos processos eleitorais bem como documentários e filmes sobre temas relacionados.

⁵ Orador a ser confirmado



D. ORGANIZAÇÃO E PARTICIPANTES

Visto que a juventude é um dos temas transversais dentro do programa AICE também inseridos no tema e objectivos do acampamento, o evento define como alvo, de forma deliberada, jovens estudantes de países a realizarem eleições. Para efeitos do presente o bootcamp, a Oxfam definiu a juventude como pessoas com idades compreendidas entre 18 e 40 anos. É certo que esta definição é diferente da definição da Carta Africana da Juventude das União Africana (UA) (15-35 anos) e da Organização das Nações Unidas (ONU) (15-24 anos). Mais especificamente, a maioria dos participantes será de Moçambique, como país que acolhe o evento. Outros virão do Zimbabué, Malawi, Zâmbia, África do Sul e Estados Unidos.

O acampamento contará com a participação de, pelo menos, 120 participantes. Os grupos focais de participantes são os seguintes:

- Activistas nacionais e internacionais de Direitos Humanos;
- Alunos do último ano de direito, jornalismo e ciências políticas em toda a região da África Austral;
- Pesquisadores nacionais e internacionais;
- Deputados jovens de todos os níveis;
- Jornalistas e organizações de radiodifusão;
- Jornalistas/comunicadores de rádios comunitárias;
- Membros do Conselho de Ministros;
- Deputados jovens dos 3 principais partidos políticos na Assembleia da República;
- Funcionários públicos;
- OSCs com foco em governação democrática; e

Os organizadores irão enviar um convite dirigido aos participantes. Os estudantes universitários do último constituem 50% dos participantes do evento. Pelo menos 50% dos participantes serão mulheres jovens e 10% serão jovens portadores de deficiência. Será criada uma equipa para a avaliação de todos os documentos a serem apresentados bem como para a definição do perfil dos principais oradores do evento (os requisitos de elegibilidade para fazer parte desta equipa serão apresentado num documento separado).

Todos os custos inerentes à participação são suportados pelos organizadores.

E. METODOLOGIA

O acampamento terá painéis de discussões com diferentes sessões temáticas, embora os participantes sejam solicitados para preparar conteúdos antecipadamente e apresentar um trabalho pelo menos dois meses antes do evento. Este trabalho será publicado como uma colecção de trabalhos do bootcamp e estará disponível para lançamento no primeiro dia do evento. O objectivo do bootcamp é

ORGANIZAÇÃO



PARCEIROS





ACAMPAMENTO
Internacional sobre
DIREITOS HUMANOS,
Cidadania e Acesso
à Informação 2018

promover o debate colectivo e troca interdisciplinar de ideias para ampliar o panorama dos temas principais do evento.

Os oradores estão divididos em três grupos. O primeiro grupo de oradores irá apresentar sessões individuais do tipo palestra em plenária e por um período máximo de uma hora, incluindo questões. O segundo grupo terá formato de painel, os oradores irão fazer uma breve apresentação sobre o tema e responder perguntas do moderador. O terceiro grupo irá apresentar sessões de workshop mais longas e muito mais interactivas, viradas para o desenvolvimento de habilidades em grupos menores para permitir a interação individual com os participantes. Estas sessões de workshop irão abordar as habilidades técnicas que os jovens precisam para ter sucesso nos processos eleitorais como, por exemplo, maximização de tecnologias digitais. Os workshops serão apresentados por profissionais bem-sucedidos em diferentes áreas em apreço.

Para o primeiro grupo, os conteúdos iniciais não devem ter mais do que 15 minutos e deverão abordar as questões orientadoras de cada painel. Após o início das apresentações, os participantes serão convidados a partilhar os seus pensamentos e a livremente debater em torno dos temas da sessão com a ajuda de um facilitador.

Será criada uma equipa responsável pela avaliação de todos os trabalhos a serem apresentados durante o acampamento.

Depois, algumas das apresentações irão compor um compêndio para publicação. Os apresentadores serão notificados sobre os detalhes das apresentações e os trabalhos deverão ser escritos em linguagem pragmática política, num máximo de 7 páginas (tamanho de letra 12, espaçamento duplo). Está constituída uma equipa editorial responsável pela avaliação da qualidade dos trabalhos e por dar mais instruções detalhadas sobre a abordagem e o formato de escrita.

ORGANIZAÇÃO



PARCEIROS

